REVISTA DO CREA-ES

Tópicos

ANO X - Nº 47
JANEIRO/FEVEREIRO - 2009

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

Impresso Especial
9912199445/2008-DR/ES
CREA-ES
CORREIOS

JUSTIÇA SOCIAL E MERCADO DE TRABALHO

Lei ataca déficit de 8 milhões de moradias e amplia mercado de profissionais do Crea

Educação ao seu alcance.

Profissionais da área tecnológica, estudantes e recém-formados:

Dentro de seu perfil de instituição cidadã e de acordo com sua responsabilidade social determinada por seu planejamento estratégico e seu projeto coletivo, o Crea-ES oferece, por intermédio do Educ (Educação Continuada e a Distância), diversificadas opções de cursos de curta, média e longa duração, com descontos para profissionais (de níveis médio e superior) registrados.

Os cursos, viabilizados por meio de parcerias com instituições renomadas, oferecem constante capacitação e são abertos ainda a dependentes de profissionais registrados e ao público em geral.

Saiba mais sobre o Educ em:
www.creaes.org.br / educ
(27) 3334-9903 3334-9925
educ@creaes.org.br

CREA-ES

EDUC Educação Continuada e a Distância

PROFISSIONAL DO CREA

ART + fácil

AGORA
SÓ PELA INTERNET

+ Fácil

+ Rápido

+ Seguro

CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo

veja em www.creaes.org.br

Editorial

Mais justiça social e mais **oportunidades** de trabalho

O mercado brasileiro de trabalho para profissionais das áreas de engenharia e arquitetura está em vias de experimentar um importante aquecimento, justamente quando os ainda incalculados ventos da crise econômica gerada pela globalização da economia começam a soprar por estas bandas do planeta e a prudência sugere cuidado aos investidores, o que traz sempre a ameaça de desaceleração de crescimento.

Esse aquecimento se torna ainda mais bem-vindo quando se projetam seus efeitos sobre a qualidade de vida da população brasileira de baixa renda, que sofre com a falta de moradia digna, o que fere o princípio constitucional que atribui à habitação o status de direito inalienável da pessoa humana.

Como um presente de Natal, nascido da iniciativa do Deputado Federal Zezéu Ribeiro, Arquiteto e Urbanista, a boa notícia chegou no Diário Oficial da União, no último dia 24 de dezembro, quando o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei de Arquitetura e Engenharia Social (Lei nº 11.888/08), estabelecendo que as "famílias com renda mensal de até três salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia".

O Brasil é conhecido em todo o mundo como uma das sociedades mais desiguais do planeta, já que a diferença na qualidade de vida de ricos e pobres ainda é imensa. Às voltas com um déficit habitacional da ordem de 8 milhões de moradias, sendo 125 mil só no Espírito Santo, o País tem muito o que comemorar, com o advento da nova legislação. E os profissionais do Sistema Confea/Crea temos uma têm uma significativa parcela de contribuição social a dar, no desenrolar desse processo. E também boas oportunidades de trabalho.

Ainda de acordo com a Lei 11.888, para assegurar esse direito o poder público deverá prover assistência técnica em todas as fases do projeto, garantindo que o acompanhamento e a execução das obras estejam sob responsabilidade de profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários à construção, à reforma, à ampliação ou à regularização fundiária da habitação. Para isso, fica estabelecido "o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de serviços permanentes e gratuitos de assistência técnica nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia".

Outro aspecto fundamental: áreas de risco deverão ser vetadas para a construção das novas moradias, evitando-se tragédias anunciadas como a que assolou o Estado de Santa Catarina na virada deste ano. Nestes tempos de tanta justificada preocupação com a sustentabilidade, sempre é bom lembrar que um empreendimento imobiliário é considerado sustentável se respeitar pelo menos três regras: ser ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável.

Esta edição 47 da nossa revista Tópicos aborda os principais aspectos e os esperados reflexos da implementação da Lei 11.888. Mostra também que desde 2006 o Crea-ES já lançava, como fruto de seu planejamento estratégico, o Programa de Arquitetura e Engenharia Social; e aponta ainda a existência de algumas outras importantes iniciativas semelhantes já existentes no Espírito Santo.

Boa leitura.

Eng. Civil e de Seg. do Trab. **Luis Fiorotti**
Presidente do Crea-ES

CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo

Diretoria

Presidente
Eng. Civil e de Segurança do Trabalho Luis Fiorotti
1° Mandato: 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2008
2° Mandato: 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011

1º vice-presidente
Téc. Industrial em Mecânica Ronaldo Neves Cruz
2ª vice-presidente
Eng. Eletricista Eduardo Luiz Henriques
1º diretor-administrativo
Eng. Civil João Carlos Meneses
2º diretor-administrativo
Eng. Agrônoma Magda Cecilia Pavesi Felner
1º diretor-financeiro
Eng. Mecânico Geraldo Rossoni Sisquini
2ª diretor-financeiro
Arquiteto Douglas Cerqueira Gonçalves

Câmaras
Engenharia Civil
Coordenador a ser eleito
Engenharia Agronômica
Eng. Agrônomo Jorge Luiz e Silva
Arquitetura
Arquiteto Eduardo Simões Barbosa
Engenharia Industrial
Eng. Mecânico e de Seg. do Trabalho Adelar Castiglioni
Engenharia Elétrica
Coordenador a ser eleito
Engenharia de Segurança do Trabalho
Eng. de Seg. do Trabalho Eliezer Cristino de Oliveira

Agências
Vitória (27) 3134-0000
Cachoeiro de Itapemirim (28) 3522-2373
Colatina (27) 3721-0657
Linhares (27) 3264-1781
Vila Velha (27) 3239-3119
São Mateus (27) 3763-5929
Guarapari (27) 3362-3028

Tópicos

Conselho Editorial
Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti
Eng. Mecânico Flavio Lobato La Rocca
Jornalista Alcione Vazzoler

Gerente de Relacionamento
Eng. Mecânico Flavio Lobato La Rocca

Consultora de Comunicação
Jornalista Alcione Vazzoler

Reportagem
Manaira Medeiros

Equipe de Comunicação do Crea-ES
Alcione Vazzoler, Carolina Rocha Alvarenga,
Filipe Silva Siqueira, Flávio Madeira Mendes,
Isadora Fialho Nicolao, Márcio Scheppa

Fotos
Tadeu Bianconi, Assessoria de Comunicação do Crea-ES,
Arquivo Crea-ES, Divulgação

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica
Ivan Alves (MTb 28/80)

Edição
TKCOM Comunicação Ltda.

Impressão
Gráfica Espírito Santo

Revista do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo
Av. Cesar Hilal, 700, 1º andar, Bento Ferreira
Vitória-ES, CEP 29050-903
Tels.: (27) 3334-9900 - Fax (27) 3324-3644
email: creaes@creaes.org.br - www.creaes.org.br

Índice

LEI DE ENGENHARIA E ARQUITETURA SOCIAL
Lei Federal quer reduzir déficit habitacional, garantir moradias seguras e evitar tragédias 18

Editorial 4

Chegada do Cecam muda **qualidade** das informações meteorológicas no ES 6

Solenidade marca posse de Fiorotti para o **novo** mandato (2009-2011) 8

Dia do Engenheiro registra **recordes** de público e de doação de alimentos 10

Conselho está mais perto da comunidade e **intensifica** relações institucionais 11

Conselheiros empossados, diretoria eleita e nomes de diretores **homologados** 12

Aprovados em concurso público já prestarão serviços este ano 14

Números do Crea-ES **confirmam** em 2008 tendência de crescimento 15

Profissionais recebem com naturalidade novo programa **ART** via internet 16

Notas 17

Educ ganha página **própria** na internet e fica mais perto de seu público alvo 26

Solenidade **comemora** posse de nova diretoria da Mútua-ES 28

2º Congresso de Arquitetura debate **impactos** da expansão urbana 29

Profissionais do Crea-ES terão acesso a linhas de **créditos** do Bandes 30

Uma **vitória** feita de planejamento, trabalho e valorização profissional 31

Bandeira **solta** 34

Chegada do Cecam muda **qualidade** das informações meteorológicas no ES

Entre os produtos disponibilizados, estão o Diagnóstico e Prognóstico Climático, que discute a ocorrência dos fenômenos meteorológicos e suas consequências no clima e as condições futuras

Meteorologista Ellen Nóbrega

Previsão do tempo, mapas de riscos de incêndio e índice de secas, alerta de eventos meteorológicos extremos e monitoramento dos recursos hídricos. Com modernas tecnologias, o Centro Capixaba de Meteorologia e Recursos Hídricos (Cecam) se consolida como uma importante ferramenta para o planejamento agrícola e o uso racional e eficiente da água no Espírito Santo, dando suporte a agricultores e gestores públicos.

Ao todo, a rede conta com 27 estações meteorológicas, entre automáticas e convencionais, e 60 pluviômetros, distribuídos em pontos estratégicos do Estado. O Cecam funciona em Vitória, na sede do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), à rua Afonso Sarlo, 160, Bento Ferreira. Está em funcionamento desde dezembro de 2008.

Satélites - O Centro realiza a previsão do tempo e os alertas a partir de informações geradas por computadores interligados com o Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) e o National Centers for Environmental Prediction (NCEP), que permite o acesso à base mundial de dados meteorológicos, imagens de satélites e radares.

"O centro faz a análise de equações matemáticas, oferecendo informações como temperatura máxima, umidade, variação da chuva, anomalias, índice de seca e riscos de incêndio, que servem de subsídio para as tomadas de decisões. Os dados são disponibilizados diariamente no site http://cecam.incaper.es.gov.br, por região e por município, com projeção para mais cinco dias", ressalta Ellen Nóbrega, meteorologista do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper).

Segundo Nóbrega, até o próximo mês de abril o Cecam deve receber mais seis estações automáticas. O equipamento faz a medição sem a necessidade de um profissional para baixar os dados, ao contrário das estações convencionais, que exigem que o processo seja realizado três vezes ao dia.

Nos municípios onde há estações convencionais e pluviômetros, os dados também precisam ser coletados. Posteriormente, as informações são enviadas pelos escritórios locais do Incaper ao centro de processamento, onde são trabalhadas e disponibilizadas à população em geral.

O Centro conta ainda com equipamentos instalados em estados vizinhos e opera em parceria com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a Agência Nacional das Águas (Ana), o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), a Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) e prefeituras municipais.

Entre os produtos disponibilizados, estão o Diagnóstico e Prognóstico Climático, que discute a ocorrência dos fenômenos meteorológicos e suas consequências no clima nos três últimos meses e as condições futuras; o Boletim Agrometeorológico, oferecido diariamente e por estação, com temperatura, umidade relativa, precipitação e evapotranspiração potencial; os Mapas da Distribuição Espacial das Chuvas e Anomalias, com o acumulado, mensal e anual, e a diferença quanto à média histórica, e os Mapas da Distribuição Espacial da Temperatura Máxima e Mínima, que mostram o comportamento da temperatura a partir de dados da rede observacional.

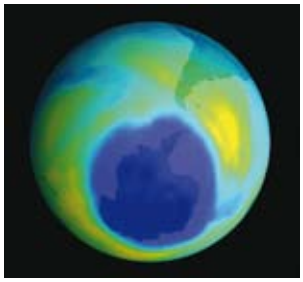
Tempestades - O Cecam também apresenta comparativos para precipitação e dias chuvosos, com uma série de gráficos, e alertas meteorológicos de tempestades, granizo e vendaval, elaborados a partir do monitoramento das condições do tempo por modelos numéricos.

Os mapas de risco de incêndio fazem um diagnóstico das áreas mais suscetíveis ao problema, no Estado, para que os processos de requerimento de queimadas possam ser analisados com base nessas informações. Da mesma forma, possibilita subsidiar a organização e o direciona-

Cecam apresenta comparativos para precipitação e alertas de tempestades

mento de brigadas de incêndio. Esses mapas são gerados a partir de uma relação entre a umidade relativa e a precipitação, atualizado diariamente.

O mesmo é feito pelos mapas de índice de seca, que apontam as localidades mais afetadas, facilitando o planejamento agrícola e o direcionamento de projetos emergenciais. Somados ao mapa do balanço hídrico climatológico e água disponível no solo, é possível realizar estimativas de safra agrícola com mais precisão e definir época de plantio das culturas não-irrigadas, assim como auxiliar no alerta da necessidade de irrigação para as culturas perenes nas diversas regiões do Estado.



O Cecam já iniciou também seu monitoramento hidrológico. A iniciativa permitirá planejar o correto uso das bacias hidrográficas e determinar a outorga de direito do uso dos recursos hídricos.

"O trabalho começa na bacia do rio Benevente. Primeiro, porque o manancial já possuía uma estação que apresentava imprecisão de dados, influenciada pelo alto regime de chuvas, e segundo, devido à sua localização estratégica.

O rio abastece a região de Anchieta, que tem alta demanda, não só de Guarapari, mas das plantas industriais do sul do Estado", destaca o diretor de Recursos Hídricos do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), Fábio Ahnert.

Indústrias - O rio conta com outra estação semi-automática, cujo sensor monitora continuamente o recurso hídrico, armazenando os dados que serão tratados pelo centro. A previsão permite avaliar a tendência de vazão do rio, que determina, principalmente, a capacidade que um recurso hídrico tem de receber carga de poluentes, orientando a gestão a usuários de água, indústrias e companhias de abastecimento, com curvas de controles mínimo e máximo.

De acordo com Fábio, a intenção é atuar em conjunto com os comitês de bacias, disponibilizando os dados de maneira simples e rápida, para que sejam articuladas ações em conjunto.

"As previsões vão possibilitar que seja determinada, por exemplo, a necessidade de economizar água em determinados períodos, alternando os sistemas de irrigação, em uma espécie de rodízio. Além disso, orientarão a Defesa Civil quanto à ocorrência de chuvas intensas, para que os problemas previstos nesses casos sejam minimizados", explica Ahnert.

O diretor do Iema afirma ainda que a frequência dos boletins hidrológicos ocorrerá de acordo com a coleta de dados. As informações também são úteis para o desenvolvimento de pesquisas, como teses de doutorado e mestrado.

"O mesmo ocorre com engenheiros que precisam de estudos ambientais e outras informações da área durante o desenvolvimento de um projeto", completa.

A intenção do Cecam é ampliar os trabalhos aos principais rios do Espírito Santo, gradativamente. Para isso, serão levados em consideração os rios que não possuem estação e aqueles cuja coleta de dados fica prejudicada, por estarem localizados em municípios distantes.

Parceria - O Cecam é resultado da expansão do Sistema de Informações Agrometeorológicas (Siag), lançado pelo Incaper em 2005. A tecnologia que oferece a previsão de tempo numérica foi desenvolvida em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Sociedade Brasileira de Meteorologia e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

A diferença desse serviço para os outros órgãos nacionais é que o modelo leva em consideração as características de clima e relevo do Estado, com uma distribuição espacial, municipal e distrital.

A equipe técnica é formada por um pesquisador com doutorado em Engenharia Agrícola, dois com mestrado em Engenharia Ambiental, um com graduação em Geoprocessamento, dois meteorologistas, auxiliares administrativos e bolsistas, apoiados por projetos de pesquisas financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do

Solenidade marca posse de Fiorotti para o **novo** mandato (2009-2011)

Presidente destaca a importância do projeto coletivo do Crea-ES e pontua as prioridades para o próximo triênio, destacando a força do projeto coletivo do Conselho

Presidente Fiorotti assina termo de posse, entre o 1º Vice-Presidente, Téc. Industrial em Mecânica Ronaldo Neves Cruz (E) e o 1º Diretor-Administrativo, Eng. Civil João Carlos Meneses

O presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES), Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti, reconduzido ao cargo por votação recordista, tomou posse durante a última Sessão Plenária do Conselho de 2008.

A cerimônia contou com a presença de autoridades políticas, profissionais e estudantes da área tecnológica, e promoveu homenagem aos conselheiros – titulares e suplentes - que encerraram o mandato no exercício de 2008, pelos serviços relevantes prestados à regulamentação e fiscalização profissional, em benefício da sociedade.

Mesa - Além do presidente, compuseram a mesa solene o vice-reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Reinaldo Centoducatte; o presidente da Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros (SEE), Eng. Civil José Maria Cola dos Santos; o vice-presidente do Crea-ES, Téc. em Mec. Ronaldo Neves Cruz; o diretor administrativo do Crea-ES, Eng. Civil João Carlos Meneses; o diretor da Univix, Eng. Civil Alexandre José Serafin; o vereador de Vitória Eliézer Tavares; o secretário de obras da Prefeitura Municipal de Vitória, Paulo Maurício Ferrari; e o deputado estadual Paulo Roberto Ferreira.

Em seu discurso, Fiorotti destacou a importância do projeto coletivo do Crea-ES, e pontuou as prioridades para o próximo triênio 2009/2011.

"É pela força desse projeto coletivo que seguimos focados na necessidade de sermos cada vez mais uma instituição cidadã, inserida nos debates da sociedade, em parceria com governos Federal, Estadual e municipais, de outros órgãos públicos, de importantes organizações não-governamentais e de tantas instituições ligadas à sociedade civil organizada", afirmou.

Foi esse movimento de ampliação das relações institucionais do Conselho, como apontou o presidente, que permitiu ao Crea-ES estar mais inserido na comunidade acadêmica, nas principais instituições de ensino e pesquisa, na esfera industrial e em todo o sistema que congrega a mão-de-obra e o pensamento tecnológicos no

Espírito Santo. Da mesma forma, possibilitou aos profissionais chegarem a instâncias decisórias, com contribuição ao crescimento e ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Fiorotti lembrou da importância de trabalhar em questões atuais, como fez o Crea-ES ao realizar palestras, ciclos de estudos e debates em busca de soluções sustentáveis que garantam o futuro do planeta e a sobrevivência da Humanidade.

Monocultura - O presidente destacou, ainda, a atuação do Conselho em temas como a mobilidade urbana; a construção de ciclovias e o uso da bicicleta; a acessibilidade; o uso racional do solo rural e urbano; o agronegócio, empresarial e familiar; os riscos da monocultura; os desafios do saneamento urbano; e a adoção de planos diretores municipais pelas prefeituras, instrumentos essenciais para o ordenamento urbano e garantia de qualidade de vida.

"Concluímos nosso 13º Planejamento Estratégico, que avaliou as atividades desenvolvidas nos últimos três anos e estabeleceu novas metas que irão nortear nossas ações para o próximo triênio, apoiadas em três diretrizes: Consolidação das Relações Institucionais; Sustentabilidade Econômica e Financeira, e Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental".

Para o segundo mandato, o presidente afirmou que o Crea-ES se concentrará em intensificar as ações de qualificação aos profissionais da área tecnológica, para que possam responder às demandas geradas pelo terceiro ciclo virtuoso que a economia do Espírito Santo experimenta, no setor do petróleo e do gás.

Metrologia - Fiorotti apontou também a necessidade da criação de um Instituto Estadual de Ciência e Tecnologia e um Instituto Municipal de Ciência e Tecnologia, em Vitória, para garantir investimentos na metrologia e na inovação tecnológica.

Além disso, lembrou as parcerias firmadas com a Ufes e com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo(Ifes) - antigo Cefetes -, para oferecer mais qualificação aos profissionais de todo o Estado, por intermédio do Educ (Educação Continuada e a Distância).

Outra frente apontada pelo presidente foi o Pensar o Brasil: Construir o Futuro da Nação, projeto do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), criado para que o setor possa debater, propor e encaminhar, em nível parlamentar, soluções para o País e as metas que vão ao encontro do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, do governo estadual.

"Aqui estamos para dar prosseguimento a este projeto coletivo do Crea-ES, que já se mostrou competente, principalmente por ser coletivo. Há muito a ser feito e há espaço a serem ocupados. Precisamos de mais e mais cabeças, mais e mais corações, mais e mais braços. Precisamos de mais gente a somar conosco, neste caminho que escolhemos e que é de todos. Juntos somos fortes. Juntos iremos ainda mais longe", finalizou o presidente.

Conselheiros **homenageados**:

Titulares

Engenheira Civil Wania Nassif Marx
Engenheiro Civil José Lemos Sobrinho
Engenheiro Eletricista Afonso Celso de Souza Oliveira
Engenheiro Civil Rodrigo Américo Pereira
Engenheiro Civil João Carlos Meneses
Engenheiro Mecânico Adelar Castiglioni Cazaroto
Engenheiro Eletricista Eduardo Luiz Henriques
Engenheiro Mecânico Geraldo Rossoni Sisquini
Técnico Agrícola Vitalino Fermo
Engenheiro Florestal José Tarcísio da Silva Oliveira
Engenheiro Civil Alexandre José Serafim

Suplentes

Engenheiro Civil Edivaldo Antônio Catelam
Engenheiro Civil Rúbio Antônio Vale Marx
Engenheiro Eletricista Adolpho Baltazar Bonella
Engenheiro Civil João Luiz Castello Lopes Ribeiro
Engenheiro Civil Sérgio Paulo Dorio Vidal
Engenheiro Mecânico Manoel de Souza Pimenta Neto
Engenheiro Eletricista Ary Medina Sobrinho
Engenheiro Mecânico Brás Ragassi
Técnico em Agropecuária Dimas Piontikovsky
Engenheiro Agrícola Luis César da Silva
Engenheiro Civil Leonardo Santos Gorza

Última sessão plenária de 2008

Dia do Engenheiro registra **recordes** de público e de doação de alimentos

Duas toneladas de feijão, arroz, açúcar, macarrão, farinha de trigo e óleo foram entregues ao Ifes, que as enviou às vítimas das enchentes em Santa Catarina, na virada do ano

O congraçamento realizado todos os anos pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES), em comemoração ao Dia do Engenheiro e do Arquiteto, bateu recordes de público e de doações de alimentos, no dia 6 de dezembro de 2008. Cerca de 1,2 mil profissionais da área tecnológica compareceram ao evento, além de estudantes, convidados, familiares e autoridades políticas, realizado no Clube Ítalo Brasileiro, em Vitória.

"O evento é a oportunidade de mostrarmos nosso reconhecimento aos profissionais de Engenharia e Arquitetura, imprescindíveis para o novo cenário da economia do Espírito Santo", comemorou o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti.

O encontro foi o maior já realizado pelo Conselho. Ao todo, foram arrecadadas duas toneladas de alimentos não-perecíveis, como feijão, arroz, açúcar, macarrão, farinha de trigo e óleo. As doações foram entregues ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifes) – antigo Cefetes - e encaminhadas às vítimas das fortes chuvas que atingiram o estado de Santa Catarina nos últimos meses.

"Ao invés de distribuirmos o total arrecadado a entidades filantrópicas do Estado, como nos eventos anteriores, o Conselho decidiu desta vez ajudar os inúmeros desabrigados catarinenses, que tanto precisam da nossa participação para tentar recuperar tudo o que perderam, em decorrência das intempéries", pontuou o presidente Fiorotti.

A festa contou com apresentação do Grupo di Ballo Saltarello, filiado à Associação da Cultura Italiana de Cariacica e do grupo Moxuara, além da da banda de forró Falamansa, de destaque nacional. Para participar, bastava apresentar a carteira de registro profissional, ou de estudante, e contribuir com dois quilos de alimentos não-perecíveis.

Alimentos doados pelos profissionais do Crea (destaque): congraçamento com responsabilidade social

Conselho está mais perto da comunidade e **intensifica** relações institucionais

Destaque para temas como ciência e tecnologia; desenvolvimento regional do Estado; políticas de desenvolvimento ambiental e mobilidade urbana

O senador Renato Casagrande, Eng. Florestal: parceiro do Crea no Congresso Federal

A consolidação das relações institucionais firmadas pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES) ganhou ainda mais fôlego este ano. Nos últimos dois meses, o presidente do Conselho, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti, se reuniu com o senador Renato Casagrande, em Brasília, e com os prefeitos de Vitória, Serra, Cariacica e Cachoeiro de Itapemirim, para abordar questões relevantes à área tecnológica do Estado.

Na Serra, onde esteve no dia 17 de fevereiro, para encontro com o prefeito Sérgio Vidigal e com a secretária municipal de Desenvolvimento Urbano, arquiteta e urbanista Ana Márcia Erler, o presidente destacou futuras possibilidades de parcerias, como a Lei de Engenharia e Arquitetura Social (Lei 11.888/08), que garante assistência técnica gratuita para a construção de casas populares, a famílias que recebem até três salários mínimos. Ao final da reunião, o presidente presenteou a prefeitura com a edição do livro "Niemeyer, O Gênio da Arquitetura", de Maciel de Aguiar.

Fiorotti também liderou o grupo capixaba que participou do IV Encontro de Lideranças do Sistema Confea/Crea, encerrado no dia 13 do mesmo mês. Em audiência especial com o senador Casagrande, apresentou a Agenda Parlamentar Prioritária do Sistema para 2009, com o objetivo de buscar apoio nas matérias que tramitam no Congresso Nacional.

O encontro também teve o propósito de integrar ações entre o Conselho e o Senado, a partir de parcerias que unam metas do Planejamento Estratégico Institucional do Crea-ES, o Plano 2025 do Governo do Espírito Santo e a atuação parlamentar de Renato Casagrande.

O presidente ressaltou ainda questões relacionadas à ciência e tecnologia; ao desenvolvimento regional do Estado; às políticas de desenvolvimento ambiental; à mobilidade urbana, e à acessibilidade.

"A intenção é solidificar as ações previstas e alinhavar as propostas, para obtermos um resultado positivo, consistente e concreto", destacou.

Em visita ao prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Carlos Casteglione, realizada no dia 30 de janeiro, Fiorotti apresentou os principais trabalhos do Conselho e anunciou a disponibilidade da instituição em trabalhar em conjunto com a Prefeitura, também no que diz respeito à Lei 11.888/08.

SMP - Em Colatina, o prefeito municipal, Eng. Leonardo Deptulski, apresentou a Fiorotti o cumprimento de uma reivindicação antiga do Crea-ES e das entidades de classe da área tecnológica: a aprovação da Lei Municipal nº 5.475, de 17 de fevereiro de 2009, que fixa piso salarial em múltiplos de salários mínimos para os cargos de engenheiros e arquitetos, inclusive das autarquias e empresas públicas municipais. A medida visa a cumprir a Lei Federal 4950-A/66, mais conhecida como Lei do Salário Mínimo Profissional.

A responsabilidade do Crea-ES de cada vez mais auxiliar os governos municipais, por intermédio de sua atuação cidadã e da capacidade de seus profissionais, também foi tema de encontro com o prefeito em exercício de Vitória, Sebastião Barbosa.

"É uma rica oportunidade de seguir intensificando as relações institucionais do Conselho, nos termos do 13º Planejamento Estratégico, em consonância com o projeto coletivo da instituição".

Já ao prefeito em exercício de Cariacica, Geraldo Luzia de Oliveira Junior, o Juninho, o presidente abordou a municipalização e a aplicabilidade do Projeto de Lei 2526/07, que, caso aprovado, tornará obrigatória a realização de perícia em construções particulares, a cada cinco anos; a importância do Plano Diretor Municipal, e ainda a Lei 11.888/08.

No encontro, também foi proposto uma parceria no sentido de recuperar o Centro Cultural Frei Civitela di Trento, e restaurar a Igreja São João Batista, localizados no município.

Conselheiros empossados, diretoria eleita e nomes de diretores **homologados**

Novos profissionais de nível médio e superior, indicados por entidades de classe e instituições de ensino para atuar como conselheiros, representam renovação de 1/3 do Plenário

Arq. Douglas Cerqueira Gonçalves, vice-diretor financeiro; Eng. Eletr. Eduardo Luiz Henriques, 2º vice-presidente; Eng. Civil João Carlos Meneses, diretor administrativo; Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti, presidente do Crea; Eng. Agron. Magda Cecilia Pavesi Felner, vice-diretora administrativa; Téc. Mec. Ronaldo Neves Cruz, 1º vice-presidente; e o Eng. Mec. Geraldo Rossoni Sisquini, diretor financeiro.

Profissionais da área tecnológica do Estado se reuniram na primeira Sessão Plenária deste ano, no dia 17 de fevereiro, realizada no hotel Senac, em Vitória. A cerimônia empossou os novos conselheiros, titulares e suplentes, do Crea-ES, elegeu a nova diretoria do Conselho para o exercício de 2009, definiu a composição das comissões e homologou a posse dos novos diretores da Mútua-ES.

A 915ª Sessão Plenária, conduzida pelo presidente reeleito do Conselho, o Eng. Civil e de Seg. do Trabalho Luis Fiorotti, teve transmissão ao vivo no www.creaes.org.br. Compuseram a mesa o presidente da Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos (SEEA) e diretor-geral da Mútua-ES, Eng. Agrônomo Helder Paulo Carnielli; e os conselheiros do Crea-ES Eng. Civil Rodrigo Américo Pereira e Arq. Eduardo Simões Barbosa.

Renovação - Na solenidade, foram apresentados os novos profissionais de nível médio e superior indicados por entidades de classe e instituições de ensino para atuar como conselheiros, representando uma renovação de 1/3 do Plenário.

Após tomar posse, os profissionais elegeram a nova diretoria da instituição para o exercício de 2009, composta agora pelo Téc. Mec. Ronaldo Neves Cruz, 1º vice-presidente; Eng. Eletr. Eduardo Luiz Henriques, 2º vice-presidente; Eng. Civil João Carlos Meneses, diretor administrativo; Eng. Mec. Geraldo Rossoni Sisquini, diretor financeiro; Eng. Agron. Magda Cecilia Pavesi Felner, vice-diretora administrativa, e o Arq. Douglas Cerqueira Gonçalves, vice-diretor financeiro.

Em seguida, foram eleitos os coordenadores das comissões permanentes, que são órgãos deliberativos do Conselho, com o objetivo de auxiliar o Plenário do Crea-ES em temas específicos. São compostas, preferencialmente, por um conselheiro regional por câmara especializada, eleito pelo Plenário, e igual número de suplentes escolhidos entre os conselheiros regionais titulares, sendo permitida uma única reeleição.

A sessão definiu os titulares e suplentes de três comissões: a de Ética Profissional, de Orçamento e Tomada de Contas, e de Renovação do Terço.

Também foram escolhidos os representantes do Plenário nas Câmaras Especializadas. São eles: Eng. civil Rodrigo Américo Pereira (Câmara Especializada de Engenharia Agronômica); Eng. Eletr. Antonio Vitor Cavalieri (Câmara Especializada de Engenharia Civil); Eng. Civil Patricia Brunow Diniz Ribeiro Barbosa (Câmara Especializada de Engenharia Elétrica); Eng. Civil e de Seg. Trab. Sebastião Luiz Bosi (Câmara Especializada de Engenharia Industrial); Téc. Mec. Ronaldo Neves Cruz (Câmara Especializada de Arquitetura), e Eng. Civil Marco Aurélio Ribeiro Brunetti (Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do Trabalho).

"O Crea-ES que queremos é um projeto coletivo. Nossas ações, estratégias e medidas para transpor obstáculos, fiscalizar e orientar o exercício da profissão e valorizar nossos profissionais só são possíveis com a substancial participação de todos", enfatiza o presidente Fiorotti.

Mútua - A primeira plenária do ano homologou ainda o ato de posse dos novos diretores da Mútua-ES, a Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea-ES, para o triênio 2009/2011.

O diretor geral eleito, Eng. Agron. Helder Paulo Canielli, apresentou a prestação de contas do início de seu mandato, ressaltou a intenção de realizar o planejamento estratégico da instituição em conjunto com o Conselho, e a importância de garantir a todos os profissionais do Crea-ES os benefícios oferecidos pela Mútua. Também compõem a diretoria o Téc. Eletron. Edson Wilson Bernardes França, diretor financeiro, e o Eng. Eletr. Olavo Botelho Almeida, diretor administrativo.

Conselheiros Titulares:

Eng. Civil Alexandre José Serafim
Eng. Eletricista Áureo Buzatto
Arquiteto Douglas Cerqueira Gonçalves
Eng. Química Dione da Conceição Miranda
Eng. Eletricista Eduardo Luiz Henriques
Eng. Mecânico Geraldo Rossoni Sisquini
Eng. Civil João Carlos Meneses
Eng. Civil Marco Aurélio Ribeiro Brunetti
Eng. Químico Marcos Eduardo Kopperschimidt
Eng. Civil Radegaz Nasser Júnior
Eng. Civil Rodrigo Américo Pereira
Eng. Mecânico Sebastião da Silveira Carlos Neto
Técnico Agrícola Vitalino Fermo
Arquiteta Viviane Lima Pimentel

Conselheiros Suplentes:

Eng. Mecânico Braz Ragassi
Eng. Civil Demilson Guilherme Martins
Técnico em Agropecuária Dimas Piontkovsky
Eng. Civil Fernando Hrasko
Arquiteto Gláucio Coutinho de Lima
Eng. Mecânico José Carlos de Assis
Eng. Civil José Lemos Sobrinho
Eng. Civil Marcos Motta Ferreira
Eng. Civil Rúbio Antônio Freitas Valle Marx
Eng. Civil Sérgio Paulo Dória Vidal

Comissão de Ética Profissional

Titulares
Eng. Agrônomo Jorge Luiz e Silva
Eng. Civil Rodrigo Américo Pereira
Eng. Civil Delfim Francisco da Costa Filho
Téc. Industrial em Edificações Rosimara Pimentel
Eng. Civil Marco Antonio de Oliveira

Suplentes
Eng. Civil Radegaz Nasser Junior
Eng. Agrônoma Magda Cecília Pavesi Felner
Arquiteta Viviane Lima Pimentel
Eng. Metalurgista Mauricio Fonseca Filho
Técnico Agrícola Vitalino Fermo

Comissão de Orçamento e Tomada de Contas

Titulares
Eng. Civil Marco Aurélio Ribeiro Brunetti
Téc. Agrimensura Aloisio Carnielli
Eng. Agrônomo Valter José Matielo
Eng. Mecânico Fábio Calmon Mantovanelli
Téc. Industrial em Edificações Rosimara Pimentel

Suplentes
Eng. Civil Rodrigo Américo Pereira
Eng. Civil Marco Antonio de Oliveira
Eng. Químico Marcos Eduardo Kopperschimidt
Téc. Ind. em Eletrotécnica Portugal Sampaio Torres

Comissão de Renovação do Terço

Titulares
Eng. Florestal Eugênio José Agrizzi
Eng. Mecânico Sebastião da Silveira Carlos Neto
Eng. Civil Rogério Zorzal
Eng. Eletricista Áureo Buzatto
Eng. Agrônoma Magda Cecília Pavesi Felner

Suplentes
Eng. Agrônomo Jorge Luiz e Silva
Eng. Mecânico Erthelvio Monteiro Nunes Júnior
Eng. Metalurgista Mauricio Fonseca Filho
Téc. Industrial em Eletrotécnica José Joaquim da Silva Gonçalves
Técnico Agrícola Vitalino Fermo

* Conselheiros indicados que não puderam comparecer à Plenária tomarão posse posteriormente

Primeira Plenária de 2009 ocorreu no hotel Senac

Aprovados em concurso público já prestarão serviços este ano

Além dos oito profissionais que assumirão os cargos nos próximos meses, o Conselho contará ainda com os nomes que agora formam seu cadastro de reserva

A partir deste ano, o quadro de funcionários do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES) contará com mais três técnicos de serviços operacionais, dois fiscais e três consultores de nível superior. Esses profissionais foram aprovados no maior concurso público realizado pelo Conselho, que ocorreu no período de novembro de 2008 a fevereiro de 2009.

O processo teve início no dia 16 de novembro, quando 1,61 mil candidatos participaram da etapa objetiva de seleção, para o preenchimento das vagas disponibilizadas pelo Crea-ES. Além do exame de conhecimentos e habilidades, os candidatos passaram por avaliação psicológica e médica, realizada após a convocação dos aprovados na primeira fase.

Dos candidatos classificados no concurso, oito assumirão os cargos nos próximos meses. Os demais farão parte de um cadastro de reserva que poderá ser utilizado durante a validade do concurso, que é de dois anos, podendo ser prorrogado por mais dois, desde que haja interesse do Conselho.

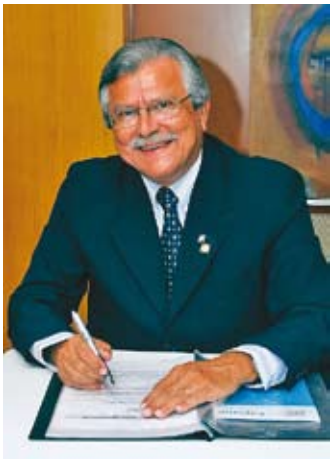
A publicação oficial e a convocação dos aprovados no concurso serão feitas após a homologação do processo. Confira os nomes dos aprovados:

Concurso público do Crea: provas aconteceram entre novembro de 2008 e fevereiro de 2009

CARGO		NOME
Técnico de Serviços Operacionais		Fernando Ferreira Tinelli
		Renner Freixo de S. da Costa
		Beatriz de Castro Pereira
Fiscal		Fernando Luiz F. Barros
		Robert Santana
Consultores		
	Arquiteto	Kleber Brandão de Brandão
	Engenheiro Civil	Bruno Barbiero Moraes
	Engenheiro Eletricista	Luciano Henriques Furtado

Números do Crea-ES **confirmam** em 2008 tendência de crescimento

Em 2009, a atuação será aprimorada com novas estratégias de ação e métodos diferenciados de abordagem, visando a otimizar os resultados, conforme prevê o planejamento estratégico



Eng. Civil José Maria Cola dos Santos

Eng. Agrônomo José Adilson de Oliveira

Os números das unidades de Fiscalização e de Registro do Crea-ES, que têm alcançado resultados crescentes nos últimos anos, confirmaram essa tendência em 2008. No período, foram desenvolvidas 34.217 ações fiscais, sendo 67,8% identificadas como regulares. Já o número de registrados no Crea-ES aumentou 8,58%, em relação ao mesmo período do ano passado. Atualmente são 13.394 profissionais de nível superior e 6.796 de nível médio.

As empresas registradas totalizam 5.049, um acréscimo de 290 em comparação com os dados do primeiro semestre. Segundo o Eng. Civil José Maria Cola dos Santos, Gerente da Unidade Operacional do Crea, também foram concedidos 547 vistos para profissionais de outros estados que vieram trabalhar no Espírito Santo.

ART - Desde que, em 2007, as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) puderam ser realizadas via internet, o cadastro online de ART só vem crescendo. E, em contrapartida, os cadastros manuais estão experimentando expressivas quedas. Foram 27.848 cadastros online e 14.119 cadastros manuais no ano de 2008. Ainda de acordo com Cola dos Santos, só no segundo semestre de 2008, em relação ao mesmo período de 2007, houve um crescimento de 28,88% nos cadastros online, e um decréscimo de 28,91% nos cadastros manuais.

O desempenho da equipe de Fiscalização, confrontado com o de cinco anos atrás, torna-se ainda mais expressivo.

"Conforme os números comprovam, houve um aumento de 8,2% no número de ações fiscais e uma redução de 12,2% de atividades irregulares, indicando que o Crea-ES está no caminho certo", ressalta o Eng. Agrônomo José Adilson de Oliveira, gerente da Unidade de Fiscalização.

Segundo Oliveira, neste ano será mantida a mesma vigilância, conforme estabelecido no planejamento estratégico e na política da qualidade da instituição. A atuação será aprimorada com novas estratégias de ação e métodos diferenciados de abordagem, visando a otimizar os resultados.

Além disso, as gerências atuarão de forma integrada, ora simultaneamente, ora de forma sequencial, empreendendo a chamada fiscalização inteligente, via conscientização e parceria.

"Ganhará o profissional, registrando suas atividades e enriquecendo seu acervo técnico; ganharão os empreendedores por estarem contratando obras e/ou serviços que serão desenvolvidos por profissionais habilitados; ganhará o Crea-ES, que multiplicará seu alcance de fiscalização e controle, e, finalmente, ganhará a sociedade, em segurança e tranquilidade", enfatiza Adilson.

Profissionais recebem com naturalidade novo programa **ART** via internet

Tranquilidade na transição marca a mudança para o sistema que oferece facilidade, agilidade e segurança na emissão do documento

Desde que as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) passaram a ser emitidas exclusivamente pela internet, no último dia 1º de janeiro, as equipes de Comunicação, de Informática e de ART do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES) têm assegurado um perfeito funcionamento do sistema, sem nenhum transtorno aos usuários. Até março deste ano, os registros já somam 10.476.

O Programa "ART via internet" é fruto do empenho de todos os setores do Conselho para evitar transtornos e aborrecimentos aos profissionais da área tecnológica. Segundo o gerente de Relacionamento do Conselho, Eng. Mecânico Flavio Lobato La Rocca, quando o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) determinou que a emissão de ARTs deveria ser feita exclusivamente via internet, o Crea-ES se viu diante de um desafio.

Com a preocupação em oferecer um serviço simples e ágil aos usuários, a Gerência de Relacionamento iniciou, em julho de 2008, diversas ações nesse sentido.

"Aperfeiçoamos o software do programa de interface com os usuários, de caráter autodidático, de maneira que suportasse as necessidades dos profissionais; abrimos vários canais de orientação no site do Crea-ES (www.creaes.org.br), além da realização de campanhas publicitárias, treinamentos e ainda palestras e minicursos em diversos municípios do Estado", aponta Flavio.

Para ele, a mudança da ART manual, para exclusivamente via internet, tem uma importância vital para o Conselho. E, diferentemente do que se esperava, os profissionais não encontraram dificuldades. Resultado do cuidado das equipes do Crea-ES, em realizar uma transição de forma tranquila, equilibrada e profissional.

Eng. Mecânico Flavio Lobato La Rocca

Profissional do Crea emite ART: desde janeiro, só via internet

ISA Show ES abre **inscrições**

O VIII Seminário e Exposição de Instrumentação, Sistemas, Elétrica e Automoção, que será realizado nos dias 26 e 27 de agosto, no Centro de Convenções de Vitória, está com as inscrições abertas. O evento, um referencial estratégico para as empresas que querem marcar presença no mercado capixaba, é o maior encontro regional do setor.

Com atuação de profissionais de empresas do Espírito Santo, sul do Bahia, leste mineiro e norte do Rio de Janeiro, estudantes e acadêmicos, estima-se a participação de 350 pessoas por dia no seminário, e 3,5 mil visitantes à exposição, que conta com mais de 52 expositores.

As inscrições devem ser feitas no site www.isa-es.org.br. Informações nos telefones (27) 3315-1754 ou (27) 3315-6993.

Sintec-ES **fecha** convênio com o Instituto Humboldt

Os profissionais filiados ao Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Espírito Santo (Sintec-ES), assim como seus dependentes, agora têm 15% de desconto em todos os cursos oferecidos pelo Instituto Humboldt.

O convênio firmado com a instituição abrange o Ensino Médio, cursos técnicos nas áreas de Enfermagem, Farmácia e Logística, e especializações em Enfermagem do Trabalho e Instrumentação Cirúrgica.

Informações: 27-3325-0598

Encontro reúne **formados** da década de 80

Os formados em Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), na década de 80, se reuniram em mais um Encontro de Engenheiros, evento tradicional que ocorre há cinco anos consecutivos.

A confraternização, realizada na Praia do Canto, em Vitória, contou com a participação de 50 profissionais, entre eles, os professores Alziro Barbosa Gomes e Aires Loriato.

Segundo o Eng. Civil Paulo Nicolau, um dos organizadores do encontro, a festa é uma oportunidade de reencontrar os antigos colegas e de criar novos contatos de trabalho.

A iniciativa surgiu da dificuldade de promover esse momento entre os amigos, devido à correria do dia-a-dia.

"Desde que nos formamos, sempre procuramos reunir a turma. Então, a idéia do encontro apareceu automaticamente. Mas, de forma organizada, vem acontecendo há cinco anos", conta Paulo.

A média de participação é de 80 a 90 formados por ano. O último encontrou registrou menor número, porque os organizadores tiveram pouco tempo para contatar os colegas.

A base do encontro é a turma de 1982, mas também há profissionais formados em 1981 e 1983, como informa Nicolau.

Semana de Engenharia espera **reunir** 650 pessoas na Ufes

A 6ª edição da Semana de Engenharia, a ser realizada no Campus Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), entre os dias 30 de março e 3 de abril, pretende reunir este ano cerca de 650 estudantes e profissionais da área. O evento abordará assuntos como "O Perfil do Engenheiro" e "O papel do Engenheiro no Desenvolvimento Sustentável".

Com foco na "Inovação e Transferência de Tecnologia: o Engenheiro Frente às Novas Tecnologias", o encontro tem o objetivo de apresentar aos participantes os instrumentos necessários para que se tornem aptos a inovar, em busca de transformar a realidade social, política, ambiental e financeira do Brasil.

Serão discutidos temas como "O Engenheiro deste Século (é o Século XXI, seu trouxa!)", por Marcos da Silveira (PUC-RJ); "Empreender é que nem coçar, é só começar", por Dárcio Stehling (Imatic - ES); "Por que o Brasil Não Inova?", por Marcos Cavalcanti (Ufrj), e "As 7 coisas que devem estar dentro da mente do inovador", por Robson Lisboa (Nokia - SP).

Além de palestras, minicursos, mesas-redondas, apresentações de trabalhos e visitas técnicas às empresas, também serão promovidas atividades voltadas aos alunos que desejam ingressar nos cursos de engenharia da Ufes. Mantendo a tradição, também acontecerá o Concurso de Engenhosidade, um espaço aberto para incentivar a criatividade dos futuros engenheiros do Espírito Santo.

LEI DE ARQUITETURA E ENGENHARIA SOCIAL

Lei Federal quer reduzir déficit habitacional, garantir moradias seguras e evitar tragédias

O Brasil amarga hoje um déficit de 8 milhões de moradias. No Espírito Santo, onde a carência de habitações chega a 125 mil, destaca-se uma iniciativa com objetivos semelhantes aos da Lei 11.888, sancionada pelo Presidente da República: o Programa de Arquitetura e Engenharia Social, do Crea-ES, lançado em 2006. O Governo do Estado, por sua vez, criou o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (Fehab). Em Vitória, a lei que cria o Programa de Arquitetura e Engenharia Pública, de número 7.122, de autoria do vereador Reinaldo Matiazzi (Bolão), existe desde novembro de 2007. Apesar de promulgada, nunca foi aplicada.

A implantação de programas de assistência técnica, projetos e execução de obras para moradias populares de famílias com renda até três salários mínimos ganhou um importante instrumento em todo o País: a Lei de Arquitetura e Engenharia Social, nº 11.888/08, sancionada, no último dia 24 de dezembro, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

A medida, antiga reivindicação do Sistema Confea/Crea, deve beneficiar 10 milhões de pessoas, que terão a chance de viver com segurança e qualidade, protegidas dos riscos causados pelas construções irregulares, que já somam 70%, em todo o Brasil. A nova lei cria ainda novas expectativas aos profissionais da área tecnológica, ao abrir oportunidades no mercado de trabalho.

Déficit - Hoje, o Brasil registra déficit habitacional de 8 milhões de moradias. Ao oferecer corpo técnico especializado às famílias de baixa renda, a lei possibilita que as construções respeitem padrões técnicos adequados, como estabelecido pelos Planos Diretores e Códigos de Obras.

Evita-se, assim, um problema comum às grandes cidades, que são as construções localizadas em áreas de risco e inundáveis, sujeitas a desabamentos, enchentes, incêndios e acidentes, como ocorreu neste verão na tragédia de Santa Catarina, no Sul do País, e em Minas Gerais, na Região Sudeste, em decorrência do alto volume de chuvas.

A Lei de Arquitetura e Engenharia Social prevê assistência técnica gratuita para casas de até 60m², em áreas declaradas de interesse social. Com o auxílio de profissionais habilitados, elimina-se a possibilidade de o projeto ser mal-executado, garantindo menores custos, ao evitar o desperdício de material, e ainda assegura não só o direito à moradia como o acesso a serviços essenciais como energia, água e saneamento básico, direitos previstos na Constituição.

Com a regulamentação da Lei 11.888, o Sistema Confea/Crea agora tem a missão de detalhar, às prefeituras e ao Ministério das Cidades, as diretrizes de sua operacionalidade. O Governo Federal já definiu uma fonte dos recursos, o Fundo Nacional de Habitação para Interesse Social (FNHIS), que garantirá financiamento para compra de material de construção e crédito habitacional facilitado às famílias que ganham até três salários mínimos. A participação do capital privado também é permitida.

Confea vê **sabedoria** na lei federal

Para o presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Eng. Civil Marcos Túlio de Melo, a lei federal é sábia ao basear-se em programas que já são desenvolvidos no País e definir quem pode trabalhar.

"Por si só, não vai resolver tudo, mas é certamente um importante instrumento para promover a qualidade de vida, com o ordenamento da ocupação do solo urbano".

Túlio considera importante o fato de que, em sua maioria, os serviços a serem prestados são executados por profissionais reunidos no Sistema Confea/Crea, o que também significa que a lei deve abrir o mercado de trabalho para engenheiros de diversas modalidades, além de arquitetos, urbanistas e técnicos em edificações, por exemplo, que atuem no serviço público, integrem programas de residência acadêmica ou de extensão universitária, por meio de escritórios-modelo ou escritórios públicos com atuação na área".

Túlio de Melo enfatiza que a matéria apresentada na Câmara pelo Deputado Federal Zezéu Ribeiro (PT-BA) tem indiscutível função social, que poderá se estender a diversos setores.

"A sanção presidencial da lei representa a vitória fantástica do movimento social e de uma luta de mais de 20 anos do nosso sistema profissional, das nossas entidades de classe, e, é claro, dos Creas, que nos acompanham desde 2006, quando foi iniciado um amplo movimento, no Congresso Nacional, em defesa dos projetos considerados prioritários para a sociedade e para a área tecnológica, entre eles o da assistência técnica".

Ainda de acordo com o presidente do Confea, o projeto também é defendido pelo setor desde o primeiro encontro com o Ministério das Cidades e com o Conselho Nacional das Cidades.

"A lei trará aos municípios um salto qualitativo fantástico, sob o aspecto do planejamento e da ordenação urbana. Além disso, cria oportunidades para que engenheiros e arquitetos atuem de maneira mais constante junto às comunidades carentes. Permite que cada um seja um agente, em potencial, da conscientização sobre os cuidados com o meio ambiente, e cumpra o papel social e humano que caracteriza a Engenharia e a Arquitetura", enfatiza.

Eng. Civil Marcos Túlio de Melo, Presidente do Confea

Prazo - O Sistema Confea/Crea tem 180 dias para estruturar as equipes técnicas que darão assistência à implantação da lei em nível municipal. Primeiro, a lei deve ser implantada nas localidades onde já existam ações nesse sentido que possam servir de projetos pilotos. Depois, será buscado o comprometimento dos estados no aporte de recursos adicionais para ajudar os municípios, assim como junto ao Ministério das Cidades e à Caixa. A intenção é alocar recursos ainda para este ano e 2010.

Por isso, os Creas têm se mobilizado para divulgar os benefícios da Lei 11.888. No último dia 10 de fevereiro, durante o Encontro Nacional com os Novos Prefeitos e Prefeitas e o presidente Lula, realizado em Brasília, o presidente do Confea apresentou aos eleitos as possibilidades da lei, como a melhoria das questões urbanas e valorização dos profissionais.

O assunto também foi o principal tema da Oficina de Assistência Técnica, realizada pela Federação Nacional dos Arquitetos, durante o Fórum Social Mundial (FSM), em Belém. Gerou ainda visita de Marcos Túlio de Melo, e dos presidentes dos Crea-SP e Crea-ES, José Tadeu da Silva e Luis Fiorotti, ao deputado Zezéu Ribeiro, na Câmara dos Deputados, para discutir os critérios adequados de aplicação da lei.

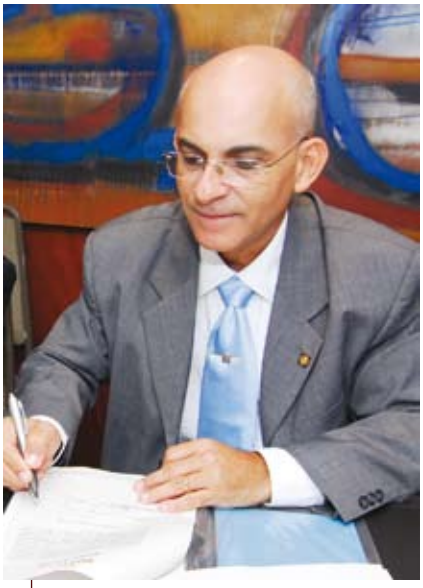
Além disso, uma audiência pública está programada para o próximo mês de maio, para definir as melhores medidas para que a lei entre logo no orçamento das prefeituras. No centro dos debates, devem estar as preocupações em relação aos critérios a serem adotados para definir claramente o acesso das famílias à lei e aos recursos do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social, bem como os critérios de escolha dos profissionais para prestação da assistência técnica.

Programa do **Crea-ES** já existe há dois anos

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES) já incentiva as administrações municipais para que adotem projetos semelhantes desde 2006, quando criou o Programa de Arquitetura e Engenharia Social, com o objetivo de estimular as prefeituras, órgãos de financiamentos, entidades de classe, instituições de ensino, profissionais e associações, a garantirem às famílias capixabas de baixa renda a oportunidade de realizar obras e serviços com participação e orientação técnica, fatores que proporcionariam mais segurança, economia e qualidade aos empreendimentos.

Cartilha - No mesmo ano, o assunto foi tema de uma cartilha produzida pelo Conselho, com proposta ainda de desenvolver novos perfis para seus profissionais, o "Engenheiro Público e o Arquiteto Público". Para divulgar o programa, o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti, enviou ofícios, na época, a todos os prefeitos do Estado, estimulando a adesão ao programa, em parceria. Apesar disso, ainda não houve, de parte dos municípios, o envolvimento necessário para que a idéia se tornasse realidade.

"O Crea-ES está novamente se colocando à disposição das administrações municipais, inclusive realizando visitas institucionais aos novos prefeitos, no sentido de prestar orientação e apoio para que a lei saia definitivamente do papel. Só com a união de todos os envolvidos, conseguiremos cidades mais harmônicas, com melhores condições de habitação e controle do uso e ocupação do solo urbano", ressalta Fiorotti. De acordo com o arquiteto e urbanista André Abe, professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e coordenador da Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Municipais (PDMs), 90% das construções em espaços públicos não têm participação de engenheiros e arquitetos.



Presidente Luis Fiorotti

Arquiteto e Urbanista André Abe

"A população mais carente não tem acesso a esses profissionais, ficando sujeita a problemas como desabamentos e instabilidades", pontua Abe.

O arquiteto lembra que os projetos que atendem à legislação, oferecendo corpo técnico especializado, são geralmente de grandes construções, cujos proprietários dispõem de recursos para pagar pela orientação de profissionais.

"Se o poder público disponibiliza professores e médicos para as áreas de educação e saúde, por que não pagar pelos serviços de engenheiros e arquitetos?", questiona.

Abe ressalta que garantir assistência técnica às famílias de baixa renda é uma luta que vem sendo travada desde a década de 70, e que, ao contrário do que se afirma, trabalhar com as famílias de baixa renda é rentável.

"Estudos apontam que se cada profissional receber um salário mínimo por uma obra dessas, o resultado financeiro é tão satisfatório ou maior do que o ganho com as demais construções", afirmou.

Para André Abe, trata-se de uma atividade promissora e com resultados positivos.

"Agora, é preciso operacionalizar a lei, definindo os repasses da União aos estados e municípios. Embora tardiamente, ainda é possível melhorar a qualidade das construções nas cidades", disse.

Trabalhando aspectos normativos e operacionais

O programa do Conselho para beneficiar famílias de baixa renda prevê duas etapas: a normativa e a operacional. A primeira se refere à elaboração de minutas de projetos de lei e convênios, a serem enviados aos poderes Executivo e Legislativo, bem como a movimentos sociais organizados, órgãos públicos e entidades de ensino. O Crea-ES tem minuta de convênio, com cláusulas prontas e definidas.

Já a fase operacional compreende o contato direto com os parceiros envolvidos, com o objetivo de divulgar o programa, viabilizar os profissionais para elaboração de projetos e acompanhamento técnico, orientar sobre o financiamento, assessorar o cadastramento das famílias interessadas, e criar o Fundo para Arquitetura e Engenharia Social.

Mapeamento - De acordo com a proposta do Conselho, inicialmente, as prefeituras devem viabilizar o programa, mapeando os bairros de maior carência de habitação, para que o Crea-ES gerencie o processo, viabilizando taxas simbólicas de Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs). As entidades de classe são as responsáveis por indicar os profissionais, e as instituições de ensino por desenvolver pesquisas de tecnologias alternativas. Os profissionais, então, realizam os serviços técnicos, os órgãos de financiamentos viabilizam o crédito, e as associações de moradores divulgam o programa e cadastram os interessados.

Com os municípios regulamentados, os moradores de baixa renda terão apenas de se informar sobre a instituição responsável pela elaboração dos projetos, que encaminhará um profissional para fazer a obra de acordo com o gosto dos interessados e com o orçamento da família. A obra então é iniciada, com acompanhamento de um profissional do Conselho. Caso haja necessidade de financiar o material, a prefeitura encaminha o interessado para a Caixa, para que seja avaliada a possibilidade de viabilização do crédito.

A iniciativa partiu da constatação de que até o ano de criação do programa os projetos da Secretaria Nacional de Habitação voltados às categorias mais pobres se concentravam na faixa acima de cinco salários mínimos, excluindo a maior parte da população.

O programa do Crea-ES veio suprir essa demanda, disponibilizando às famílias de baixa renda o acesso aos serviços particulares da Engenharia e Arquitetura, aprimorando o conhecimento desses profissionais e divulgando seu trabalho para as comunidades.

A medida beneficia todos os envolvidos. As prefeituras, por prestar atendimento à população mais carente, com ordenamento das cidades; os moradores, que terão melhor qualidade de vida; os profissionais, com reais oportunidades de prestar um trabalho social, e o Crea-ES, ao cumprir sua missão no desenvolvimento da sociedade e valorização profissional.

Prefeitura da **Serra** sai na frente

Uma das prefeituras que já estão desenvolvendo propostas nesse sentido é da Serra, referência na área, com vários projetos que visam a garantir a produção, reformas e arrendamentos de habitações populares.

Segundo o diretor do Departamento de Engenharia Pública Social da prefeitura da Serra, Eng. Civil e Arquiteto Plutarco Rojas Filho, já é desenvolvido, em parceria com Crea-E S, o Programa de Engenharia Pública Social, que presta assistência técnica a famílias de baixa renda a partir de projetos já existentes, adaptados a diferentes tipos de lotes e às condições dos moradores.

A Secretaria Municipal de Habitação, sob o comando de José Luiz Baroni, tem também o Programa Novas Tecnologias Habitacionais (PNTH), que desenvolve pesquisas na área de metodologia das construções, como o uso de materiais mais baratos e combate ao desperdício.

Outro projeto é o Programa Banco de Materiais (PBMC), que recolhe doações de materiais da construção civil de entidades privadas e de reformas de edificações públicas, para repassar às famílias de baixa renda.

Além disso, o município tem implantado o Programa Higiene Total na Habitação Popular (PHTHP), que atua na construção de módulos sanitários e áreas de serviço em unidades populares com índices de insalubridade.

"A prefeitura tem ainda o Plano Municipal de Interesse Social – PLHIF –, que planeja o futuro dos investimentos, a partir do mapeamento das áreas de interesse social, em consonância com o Plano Diretor Urbano (PDU), definindo as áreas prioritárias para as construções", pontua Plutarco.

O diretor lembra ainda que também há programas em convênios com os governos federal e estadual, na aquisição de lotes para produção e melhorias das moradias, como o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), do Ministério das Cidades, criado para ajudar estados e municípios a atenderem à necessidade de moradia da população de baixa renda que vive em centros urbanos.

De acordo com Plutarco, a Secretaria Municipal de Habitação também desenvolve o Programa Aluguel Social, às famílias que precisam ser retiradas de suas moradias, por estarem situadas em locais de risco.

Arquiteta e Urbanista Ana Márcia Erler

José Luiz Baroni

Eng. Civil e Arquiteto Plutarco Rojas Filho

Moradora da Serra em sua casa construída por programa municipal

"Até que possam construir suas casas ou serem reassentadas em outros lugares, a prefeitura provê o aluguel da moradia", informa Rojas Filho.

O Eng. Civil disse ainda que o a prefeitura está realizando a regularização fundiária do município, como é o caso dos bairros Jardim Carapina e Divinópolis.

Ao todo, a Serra já construiu 200 moradias populares e 3 mil apartamentos do PAR. São 25 unidades em Jardim Atlântico (Jacaraípe), 30 em Novo Porto Canoa e 25 em Central Carapina. Em Feu Rosa, os trabalhos, que estão começando, prevêem 44 moradias, e em Vila Nova de Colares, 376 unidades habitacionais.

"Todas as ações constam no programa de governo do prefeito Sérgio Vidigal", pontua.

A secretária de Desenvolvimento Urbano da Serra, a Arquiteta e Urbanista Ana Márcia Erler, acredita que é possível buscar novos parceiros, a partir da criação de uma agenda conjunta com o Conselho, como a Fundação Ceciliano Abel de Almeida, por exemplo. "Podemos ter várias vertentes, que serão debatidas. Tanto no âmbito da construção, com o desenvolvimento de tecnologias que diminuem os custos e promovem uma arquitetura limpa, como na mobilização de toda a comunidade", garante a secretaria.

Para ela, a parceria com uma instituição séria como o Crea contribui para o aprimoramento da administração pública.

"O Conselho tem competência e respaldo perante a sociedade, e programas como esse estão em consonância com o atual plano de governo da Serra, que pretende oportunizar aos moradores uma arquitetura de boa qualidade, com segurança, conforto e economia".

Estado tem fundo de **habitação**

Em dezembro de 2007, o governador do Estado do Espírito Santo, Paulo Hartung, sancionou o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (Fehab). Originada na Assembléia Legislativa, a Lei nº 8.784 foi criada com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implantar políticas habitacionais de interesse social direcionadas à população de menor renda.

Sua regulamentação, porém, só ocorreu no ano passado, quando também foi instituído o Conselho Gestor do Fundo, composto por oito órgãos do setor público e dois representantes de movimentos sociais organizados. O fundo é vinculado à Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb).

PAC - As ações previstas pretendem reduzir o déficit habitacional do Espírito Santo, estimado em aproximadamente 125 mil unidades. A lei pretende se consolidar como uma estratégia de captação de recursos de programas federais, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além de colocar o Estado em sintonia com a Política Nacional de Habitação.

Segundo o Governo do Estado, a meta é investir, até 2011, no mínimo R$ 88 milhões (recursos estaduais), na construção de 9 mil unidades habitacionais, em investimentos com a Caixa, municípios e movimentos sociais envolvidos.

O foco são pessoas que vivem em situação de risco, morando em habitações precárias, como barracos, lonas, caixas de papelão e outros tipos de moradias improvisadas, um contingente que soma 10,5 mil famílias no Espírito Santo. O Fehab já alocou recursos para o Programa Nossa Casa e Pró-Moradia, beneficiando moradores de vários

Governador Paulo Hartung

Vereador de Vitória quer **aplicação** de lei municipal

Vereador Reinado Bolão

Em Vitória, a lei que cria o Programa de Arquitetura e Engenharia Social, de número 7.122, de autoria do vereador Reinaldo Matiazzi (Bolão), existe desde novembro de 2007. Apesar de promulgada, nunca foi aplicada. A justificativa da Secretaria de Habitação é de que a lei é inviável. Um ofício foi encaminhado pelo vereador ao prefeito, João Coser, há dois meses.

"Não se trata mais de um projeto de lei, e sim de uma lei já em vigor, que não pode ser desconhecida pela Secretaria de Habitação", enfatiza Bolão.

Para o vereador, o 3º artigo da lei 7.122 é claro, quando diz que, para seu cumprimento, o Executivo Municipal poderá celebrar convênios com entidades de classes profissionais, universidades, faculdades e centros técnicos credenciados, além de empresas, profissionais liberais e outros órgãos públicos.

"O Crea-ES é um exemplo, tem estrutura para orientar as pessoas e já se colocou disponível", recorda.

Oportunidade - Reinaldo Bolão acredita que o momento é oportuno para fazer a lei ser aplicada em Vitória capital. O vereador afirma que o programa é de extrema importância para a cidade, onde muitas áreas de risco são ocupadas por construções irregulares, como nas regiões de manguezal e morros. Portanto, disciplinar e orientar as famílias de baixa renda a construir suas casas é imprescindível.

"A lei vai facilitar a vida daqueles que não dispõem de recursos para elaborar seus projetos", frisa Reinaldo.

A Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) informou, por meio de sua assessoria, que reconhece a importância das leis municipal e federal, e que está mobilizada em encontrar meios de colocá-la em prática. Uma das alternativas em estudo é a consolidação de parcerias, já que a demanda para a área é alta.

LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.

Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6o da Constituição Federal, e consoante o especificado na alínea r do inciso V do caput do art. 4o da Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Art. 2º As famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.

§ 1º O direito à assistência técnica previsto no caput deste artigo abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.

§ 2º Além de assegurar o direito à moradia, a assistência técnica de que trata este artigo objetiva:

I - otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;

II - formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal e outros órgãos públicos;

III - evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental;

IV - propiciar e qualificar a ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental.

Art. 3º A garantia do direito previsto no art. 2o desta Lei deve ser efetivada mediante o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de serviços permanentes e gratuitos de assistência técnica nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia.

§ 1º A assistência técnica pode ser oferecida diretamente às famílias ou a cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem.

§ 2º Os serviços de assistência técnica devem priorizar as iniciativas a serem implantadas:

I - sob regime de mutirão;

II - em zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social.

§ 3º As ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o atendimento do disposto no caput deste artigo devem ser planejadas e implementadas de forma coordenada e sistêmica, a fim de evitar sobreposições e otimizar resultados.

§ 4º A seleção dos beneficiários finais dos serviços de assistência técnica e o atendimento direto a eles devem ocorrer por meio de sistemas de atendimento implantados por órgãos colegiados municipais com composição paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil.

Art. 4º Os serviços de assistência técnica objeto de convênio ou termo de parceria com União, Estado, Distrito Federal ou Município devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia que atuem como:

I - servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II - integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos;

III - profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área;

IV - profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 1º Na seleção e contratação dos profissionais na forma do inciso IV do caput deste artigo, deve ser garantida a participação das entidades profissionais de arquitetos e engenheiros, mediante convênio ou termo de parceria com o ente público responsável.

§ 2º Em qualquer das modalidades de atuação previstas no caput deste artigo deve ser assegurada a devida anotação de responsabilidade técnica.

Art. 5º Com o objetivo de capacitar os profissionais e a comunidade usuária para a prestação dos serviços de assistência técnica previstos por esta Lei, podem ser firmados convênios ou termos de parceria entre o ente público responsável e as entidades promotoras de programas de capacitação profissional, residência ou extensão universitária nas áreas de arquitetura, urbanismo ou engenharia.

Parágrafo único. Os convênios ou termos de parceria previstos no caput deste artigo devem prever a busca de inovação tecnológica, a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento.

Art. 6º Os serviços de assistência técnica previstos por esta Lei devem ser custeados por recursos de fundos federais direcionados à habitação de interesse social, por recursos públicos orçamentários ou por recursos privados.

Art. 7º O art. 11 da Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3o:

"Art. 11. .....

.....

§ 3º Na forma definida pelo Conselho Gestor, será assegurado que os programas de habitação de interesse social beneficiados com recursos do FNHIS envolvam a assistência técnica gratuita nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do FNHIS fixadas em cada exercício financeiro para a finalidade a que se refere este parágrafo." (NR)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Brasília, 24 de dezembro de 2008;
187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guido Mantega
Paulo Bernardo Silva
Patrus Ananias
Márcio Fortes de Almeida

Nova ferramenta deixa **Educ** mais perto de seu público alvo

Nova ferramenta amplia o trabalho de informação e conscientização ambiental com as instituições de ensino e escolas das redes estadual e municipais

Eng. Eletricista e de Seg. do Trabalho Ernani de Castro Gama, Coordenador do Educ: preparando formandos para o mercado

Agora o Educ (Educação Continuada e a Distância), tem sua própria página no site do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES). O objetivo é proporcionar melhor acesso dos profissionais da área tecnológica aos assuntos relacionados à atualização profissional.

O endereço eletrônico pode ser acessado de duas maneiras: diretamente no site do Conselho (www.creaes.org.br/educ) ou direto pelo link "Educ", localizado no lado direito do portal do Crea-ES na internet (www.creas.org.br).

Segundo o coordenador do Educ, o Eng. Eletricista e de Seg. do Trabalho Ernani de Castro Gama, a iniciativa visa a suprir uma dificuldade de acesso às informações do programa pelo portal do Conselho, detectada em 2008. "Verificou-se a necessidade de criar uma página própria, hospedada no site, garantindo fácil acesso às informações do programa, como palestras, cursos, seminários e workshops", ressalta.

Pesquisa - Para elaboração do Plano de Capacitação de 2009 do Educ, o Crea-ES realizou uma pesquisa no início deste ano, com 395 profissionais, para diagnosticar as suas necessidades e as de seus dependentes. Os questionários ficaram disponíveis no site do Conselho durante um mês.

Entre as ações prioritárias para ampliar e aperfeiçoar o programa, além da página do Educ, está o projeto "Construindo um mundo sustentável", lançado em agosto de 2008, que prosseguirá com a realização de eventos de várias modalidades, com temas importantes para a sociedade, como Mudanças Climáticas, Aquecimento Global, Biocombustíveis, Fontes de Energias Renováveis, Mercado de Crédito de Carbono, Construções Sustentáveis e Biogás.

Segundo Ernani, a intenção é ampliar o trabalho de informação e conscientização ambiental com as instituições de ensino e escolas das redes estadual e municipais, para conscientizar os profissionais da área tecnológica do seu papel como cidadão crítico e capacitado.

O Educ também continuará priorizando visitas às empresas de grande e médio portes, no sentido de conhecer as necessidades de treinamento de seus funcionários.

Palestras de "Empreendedorismo na área tecnológica" também continuarão a ser realizadas, considerando-se, ainda, a necessidade de realizar cursos de capacitação sobre o tema, na Grande Vitória e no interior. Além disso, serão realizados cursos de capacitação nas áreas de energia; petróleo e gás natural; e segurança do trabalho.

O trabalho, com os formandos da área tecnológica, de preparação para o mercado de trabalho é outra meta do programa este ano, assim como a implementação de parcerias já existentes que contemplam o ensino na modalidade a distância, como a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), dentre outras instituições.

PESQUISA

"DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO" RANKING DE TREINAMENTOS SUGERIDOS

TREINAMENTOS

COMPORTAMENTO / LIDERANÇA / COMUNICAÇÃO

Cursos sugeridos	Nº	%
Formação e Desenvolvimento de Gerentes, Coordenadores e Supervisores	259	65,57
Empreendedorismo	258	65,32
Negociação	257	65,06
Liderança - Avançada	249	63,04
Criatividade e Inovação	243	61,52

QUALIDADE / SISTEMAS DA QUALIDADE

Cursos sugeridos	Nº	%
Implementação de Sistemas de Indicadores de Desempenho	215	54,43
Interpretação e Aplicação da NBR ISO 14001:2004	214	54,18
Interpretação e Aplicação da NBR ISO 9001:2000	205	51,9
Ações Preventivas e Corretivas para Solucionar Não Conformidades	195	49,37
Análise e Solução de Problemas e Ferramentas da Qualidade - MASP	191	48,35

GESTÃO DE PROJETOS E PROCESSOS

Cursos sugeridos	Nº	%
Gestão de Projetos - Básico	271	68,61
Planilha Excel - Avançado	266	67,34
MS Project - Avançado	251	63,54
Gestão de Projetos no Âmbito da Engenharia	240	60,76
Mapeamento, Melhoria e Gestão por Processos	228	57,72

ENGENHARIA E ARQUITETURA

Cursos sugeridos	Nº	%
Planejamento e Gerenciamento de Obras para Engenheiros e Arquitetos	181	57,64
Construção Sustentável – Empreendimentos Ecologicamente Corretos	170	54,14
Como Negociar e Vender Serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia	168	53,50
Noções Básicas de Instalações Elétricas	156	49,68
Marketing para Arquitetura e Engenharia	154	49,04

Calendários de eventos:

ABRIL

3/4/09 – Curso Autuações e Multas da Lei de Crimes Ambientais

4/4/09 – Curso Aspectos Jurídicos da Gestão Ambiental

13 a 17/4/09 – Curso NR 10 - Reciclagem

16 e 17/4/09 - Curso de Formação e Desenvolvimento de Gerentes, Coordenadores e Supervisores

16 e 17/4/09 – Curso Gestão Empresarial na Construção Civil

23, 24 e 25/4/09 – Curso Avaliação de Imóveis Rurais

25/4/09 – Curso Iluminação de Ambientes Comerciais

27 e 28/4/09 – Curso Viabilidade de Empreendimentos Imobiliários

29 e 30/4/09 – Curso Elaboração de Projetos MDL para comercialização de Créditos de Carbono

MAIO

6/5/09 – Palestra Gratuita: Nr 10 – Ferramenta de Negócios para os profissionais. (Vitória-ES)

7/5/09 – Workshop Gratuito: Distúrbios da Energia Elétrica – Causa, Efeito e Solução (Vitória)

7 e 8/5/09 – Curso Perícia Judicial Ambiental

9/5/09 (Sábado) – Curso Software Dialux para Iluminação Artificial de Áreas Internas

11 e 12/5/09 – Curso Formação e Desenvolvimento de Gerentes, Coordenadores e Supervisores

12 e 13/5/09 – Curso Coordenação e Compatibilização de Projetos de Edificações

16/5/09 (Sábado) – Curso Cálculos de Projetos Luminotécnicos

18 e 19/5/09 – Curso Planejamento e Controle da Construção para Engenheiros e Arquitetos

28 e 29/5/09 – Curso Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD

JUNHO

13/6/09 – Curso Iluminação de Jardins – Paisagismo

18 e 19/6/09 – Curso Formação e Desenvolvimento de Gerentes, Coordenadores e Supervisores

22 e 23/6/09 – Curso Orçamento de Obras e Cálculo de BDI

29 e 30/6/09 – Curso Inovação Tecnológica na Construção Civil

20/6/09 (Sábado) – Curso Negociação em compras para empresas de Construção Civil

Veja informações completas sobre estes e outros cursos agendados no portal do Crea-ES (www.creaes.org.br)

Solenidade **comemora** posse de nova diretoria da Mútua-ES

A eleição, realizada no dia 4 de junho de 2008, foi a primeira para os cargos a serem realizadas por voto direto e secreto

Presidente Fiorotti dá posse ao Eng. Agrônomo Helder Paulo Carnielli (E) como o diretor geral da Mútua/ES

A nova diretoria da Mútua-ES/Caixa de Assistência dos Profissionais do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES) foi empossada solenemente no dia 13 de março, em cerimônia no Espaço Verde, em Vitória. O diretor geral, Eng. Agrônomo Helder Paulo Carnielli, ressaltou a importância da parceria com o Conselho e da aproximação com as entidades de classe, no sentido de garantir benefícios a todos os profissionais da área tecnológica.

Carnielli agradeceu a todos os eleitores a confiança em seu trabalho e ressaltou que a nova diretoria está otimista quanto ao crescimento da Mútua-ES no próximo triênio.

"Estamos programando nosso planejamento estratégico, que vai nortear a aplicação dos benefícios e ampliar a oferta aos associados", enfatiza. Segundo Carnielli, esses primeiros meses foram de organização e conhecimento da máquina. Durante a assinatura do termo de posse, o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti, ressaltou a importância de um trabalho conjunto entre a Mútua-ES e o Conselho.

"O projeto coletivo do Crea que queremos inclui a parceria com a Mútua-ES. Sempre com o objetivo de ampliar a oferta de benefícios aos profissionais da área tecnológica que atuam no Espírito Santo", afirmou Fiorotti.

Com um diagnóstico em mãos e as metas definidas no planejamento, os novos diretores poderão calcular os recursos orçamentários disponibilizados e definir as futuras estratégias. Além do diretor-geral, dirigem a Mútua-ES o diretor financeiro, Téc. Eletron. Edson Wilson Bernardes França, e o diretor administrativo, o Eng. Eletr. Olavo Botelho Almeida.

A eleição, realizada no dia 4 de junho de 2008, foi a primeira, para o cargo a ser realizada por voto direto e secreto.

Hoje, a Mútua-ES possui 1.088 associados.

Dos benefícios reembolsáveis, oferece apoio ao profissional (Apoio Flex), material de construção (Construa Já), auxílio reembolsável natalidade (Família Maior), tratamento médico/odontológico e aquisição de medicamentos (Garante Saúde), auxílio pecuniário por falta eventual de trabalho (Ajuda Mútua), auxílio reembolsável para educação continuada/capacitação profissional (Educatec), aquisição de equipamentos e livros técnicos (Equipabem) e plano de férias (Férias Mais).

Já os benefícios sociais se referem a auxílio funeral e pecúlio por morte. A Mútua-ES oferece ainda os planos Tecnoprev, RC Profissional, Mútua/Datacad Brasil, ABNT, e Hospedagem no Brasil.

Direção Mútua/ES 2009-2011

Diretor geral: **Eng. Agrônomo Helder Paulo Carnielli**
Diretor financeiro: **Téc. Industrial em Eletrônica Edson Wilson Bernardes França**
Diretor administrativo: **Eng. Eletricista Olavo Botelho Almeida**

2º Congresso de Arquitetura debate **impactos** da expansão urbana

Além de três conferências e duas mesas-redondas, com a participação de três convidados cada uma, o Congresso terá até 24 comunicações simultâneas, divididas em dois períodos

Com o tema "O Território Urbano Capixaba na Terceira Onda de Desenvolvimento", será realizado, entre os próximos dias 26 e 28 de março, no Hotel Radisson, em Vitória, o 2º Congresso Capixaba de Arquitetura. A programação conta com conferências, mesas-redondas, exposição e palestras com profissionais conceituados no mercado.

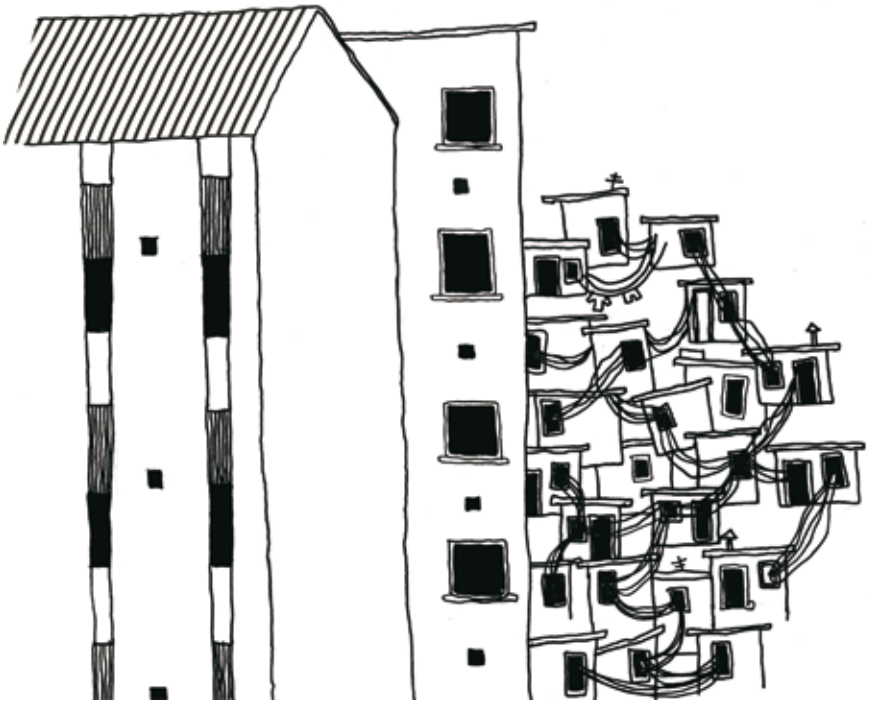
O Congresso, realizado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil no Espírito Santo (IAB-ES), em parceria com o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e com o apoio do Confea e do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agonomia do Espírito Santo (Crea-ES)enfocará assuntos que tratam da produção do espaço turístico e os impactos sobre o território; dinâmica entre espaços urbanos e rural e os remanescentes naturais protegidos, e interconexões e desterritorialização das cidades globalizadas.

O evento terá como palestrantes o doutor em Arquitetura e especialista em Planejamento Urbano Vicente Del Rio, professor titular da California Polytechnic State University San Luis Obispo (E.U.A.), autor de diversos livros e artigos, e ainda o mestre em Arquitetura e autor dos projetos para os aeroportos internacionais de Brasília e Natal Sérgio Parada, destaque em diversos prêmios internacionais, entre eles o Edifício Garagem, do Aeroporto Internacional de Congonhas.

Exposição - Além de três conferências e duas mesas-redondas, com a participação de três convidados cada uma, o Congresso terá até 24 comunicações simultâneas, divididas em dois períodos. Contará, ainda, em programação paralela, com a exposição em homenagem a expoentes da arquitetura capixaba, sob a organização do IAB-ES.

O Congresso Capixaba de Arquitetos surgiu de uma iniciativa inédita do IAB, em 1991. Sua primeira edição é considerada um marco para o setor. A retomada do evento, este ano, ocorre em decorrência das inúmeras transformações registradas no País e no Espírito Santo, com a expansão das cidades e o caos urbano, o que exige novos debates e reflexões.

O IAB-ES é uma entidade não-governamental e sem fins lucrativos, com atuação em frentes que tratam da qualidade da formação e da atuação dos arquitetos e urbanistas, e em defesa de atuação ética. Uma das mais importantes ações do Instituto é fazer cumprir a Lei Federal das Licitações, que determina a realização de concursos para a contratação de projetos dessas áreas pelo poder público.



Profissionais do Crea-ES terão acesso a linhas de **créditos** do Bandes

Propostas de financiamento atenderão à demanda dos profissionais registrados no Conselho, de acordo com os resultados das pesquisas já realizadas pelo Educ

Um termo de cooperação já assinado entre o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES) e o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) vai permitir aos profissionais da área tecnológica o acesso a linhas de crédito para investimento em negócios, especializações e cursos. A expectativa é de que o benefício seja disponibilizado no mês de março.

A última reunião sobre a parceria institucional foi realizada no dia 27 de fevereiro, para acertar os últimos detalhes sobre o teor da documentação. O termo foi assinado entre o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti, e pelo diretor de Crédito e Fomento do Bandes, José Antônio Boff Buffon.

As propostas de financiamento atenderão à demanda dos profissionais registrados no Conselho, de acordo com os resultados das pesquisas já realizadas pelo Educação Continuada e a Distância do Crea-ES (Educ).

"A parceria vai ampliar a oferta de cursos, contribuindo para a valorização dos nossos profissionais, e estimular ainda o crescimento das empresas que atuam no Estado", ressalta Fiorotti.

Doutorado - Segundo o diretor de Crédito do Bandes, a instituição pode oferecer linhas de crédito aos profissionais que desejem se especializar, investindo em cursos de mestrado e doutorado; aos que têm planejamento de projetos, e ainda àqueles que querem investir em um negócio e até mesmo ampliar sua empresa ou escritório.

Em contrapartida, o banco utilizará a estrutura do Conselho, com suas agências e com os profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia, para ampliar sua presença em algumas localidades do interior do Estado.

José Antônio Boff Buffon

"O Bandes precisa do Crea-ES para ampliar sua base de parceiros e ter acesso a todos os municípios. Hoje, a instituição ainda não conseguiu chegar a determinadas cidades, como Mucurici, Montanha, Pedro Canário, Muqui, Bom Jesus do Norte, Presidente Kennedy, Iconha, Marataízes e Itapemirim", aponta Buffon.

O Conselho será um parceiro divulgador do banco, assim como já fazem o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/ES), a Secretaria Estadual de Agricultura (Seag) e o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), dentre outros.

O que se busca é alinhar os interesses das duas instituições. No Bandes, além de José Antônio Boff Buffon, responde pela parceria o gerente de Relacionamento, Everaldo Colodetti.

Não há limite definido para as propostas de financiamento.

Presidente Fiorotti com José Antônio Boff Buffon

Uma **vitória** feita de planejamento, trabalho e valorização profissional

Corria o ano de 1889, quando o agricultor Domenico Chieppe desembarcou no Brasil com sua família. Na bagagem, pouco mais que o sonho de oferecer melhores condições de vida para os seus. Hoje, 110 anos depois da chegada de seu patriarca, o faturamento dos negócios da família Chieppe, dona do Grupo Águia Branca, ultrapassa os R$ 2 milhões anuais, fruto dos negócios da holding que construiu, em 63 anos, uma sólida história e se transformou no maior conglomerado empresarial do Estado e um dos maiores do Brasil, em logística, segundo dados da Revista 200 Maiores Empresas do Espírito Santo 2008, editada pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) e Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Na entrevista abaixo, o presidente do Grupo, Engenheiro Arquiteto Nilton Chieppe, faz um resumido relato do início da história do Grupo, comenta sua política de valorização profissional, ressalta a importância do planejamento estratégico para gestores públicos e privados, e faz um importante convite ao Crea-ES.

Tópicos – A história do Grupo Águia Branca é reconhecidamente uma experiência rica e extensa. Mas, resumidamente, como nasceu o Grupo?

Nilton Chieppe - Meu avô chegou ao Brasil em 1º de setembro de 1889 no Brasil e foi trabalhar na agricultura. Meu pai também

começou como agricultor, mas, simultaneamente, exercendo outras atividades: um pequeno comércio, um pequeno transporte em animais, transportando, mercadorias dos produtores vizinhos. O transporte de animais dele prosperou, então foi comprado um primeiro veículo, um pequeno caminhão que mais tarde foi trocado por um ônibus. Então começa a empresa, fazendo a linha Governador Valadares-Teófilo Otoni.

Como foi o seu processo de escolha profissional que o tornou Engenheiro Arquiteto?

Sempre tive duas paixões, desde criança: carro e construção. Quando terminei o antigo curso Científico, hoje Ensino Médio, fui para Belo Horizonte, fiz vestibular, passei no vestibular, fiz o curso de Engenheiro Arquiteto. Tive a sorte de conseguir trabalho logo no inicio do curso, o que me ajudou bastante. Então o grupo Águia Branca comprou essas linhas do norte, em 70, e fui chamado para vir montar a infra-estrutura do grupo, que foram as garagens, os pontos de vendas, as agências, rodoviárias e oficinas.

O Grupo Aguia Branca é destaque quando se fala em transporte e logística. Como a formação acadêmica do senhor contribuiu para essa conquista?

esse optado por Mecânica, certamente também teria tido utilidade aqui no grupo, mas no começo eu passei por processos também de adaptação, fiz alguns cursos complementares, necessários a desempenhar as novas funções. Ainda em Belo Horizonte, comecei a fazer pós-graduação em Urbanismo, mas tive de deixar o curso pela metade e voltar.

O Crea estabeleceu três diretrizes em seu planejamento estratégico para o triênio 2009-2011: consolidação das relações institucionais, sustentabilidade econômica e financeira, e desenvolvimento econômico social e ambiental. Esse trabalho do Conselho mostra interfaces com os projetos "Pensar Brasil - Construindo o Futuro da Nação", do Confea, e "ES 2025", do Governo do Estado. Como os gestores públicos podem usar seu conhecimento da área tecnológica, ao planejar ações que signifiquem qualidade de vida para a população?

Tanto para os gestores públicos quanto para aqueles que atuam no setor privado, o planejamento é fundamental. No Espírito Santo em Ação, defendi uma idéia que deve ser implementada no futuro: uma forma de avaliação da governança pública através de critérios técnicos bem-definidos. Em todos os níveis: municipal, estadual, federal. Na nossa empresa, todos os passos têm sido criteriosamente planejados em termos de curto, médio e longo prazos. Cenários atuais, futuros, em nível regional, nacional, internacional. Ninguém é obrigado a ser grande, pode ser uma empresa pequena e ser útil, bem-estruturada, que ocupe seu espaço, se respeite e procure fazer o seu melhor. Meu pai falava na questão do respeito: "Se vocês quiserem ter negócio, precisam respeitar as autoridades, as leis, o seu cliente, as pessoas que trabalham com vocês, respeitar o próprio nome". O Espírito Santo em Ação teve envolvimento de vários segmentos da sociedade, quando se analisou todo o potencial do Estado e todos os gargalos que nós temos. Não adianta ficar cobrando as autoridades, os poderes públicos, se você não sabe o que deseja para o Estado. Então o Espírito Santo em Ação passou a ser um instrumento. Não é perfeito nem acabado. É um primeiro documento que precisa ser aprimorado com o tempo, mas ali há metas que estão sendo até antecipadas. No Brasil, infelizmente, sempre se deu muito pouco valor ao planejamento, com raras exceções, tanto em nível federal, estadual e municipal. Ainda precisamos ter um instrumento que dê a direção para todos caminharem juntos, os esforços serem canalizados na mesma direção. Hoje isso não acontece no país.

> **Meu pai falava na questão do respeito: 'Se vocês quiserem ter negócio, precisam respeitar as autoridades, as leis, o seu cliente, as pessoas que trabalham com vocês, respeitar o próprio nome'**

As bases de uma empresa familiar, como patrimônio, valores e histórias propiciam um sentimento comum de unidade, já que os gestores têm laços afetivos?

Aqui as pessoas vestem a camisa. Sozinho, ninguém consegue liderar um grupo como o nosso, que tem hoje 12 mil pessoas, é preciso que as pessoas realmente vistam a camisa e façam esse trabalho. A motivação da equipe é percebida em todos os níveis. Temos programas que facilitam isso, temos treinamento, as pessoas contribuem com idéias, muita coisa que foi feita aqui dentro

tem contribuição do cobrador, do motorista, do mecânico. Tivemos uma empresa que fez parte do grupo, que é a Citagua, de Cachoeiro de Itapemirim, e que é uma empresa de referencia nacional. Levamos para lá os conceitos que a gente aplicava nos outros negócios, e isso continua, com o novo controlador. A empresa já recebeu por várias vezes o prêmio nacional de qualidade de saneamento. Anualmente, não só temos recebidos prêmios externos, mas também de trabalhos internos, feitos pela equipe, que são analisados pela auditoria externa. Aqui, como incentivo, a gente procura estabelecer prêmios em dinheiro, também, e isso constitui um acervo importante do grupo, esse trabalho criado internamente. Sugiro que na área de tecnologia o próprio Crea-ES seja convidado a participar do próximo programa, que tem realmente um alto nível e qualidade.

Gostaria que o senhor falasse um pouco mais como são os investimentos do Grupo na valorização profissional.

É importante incentivar e premiar tudo que as pessoas buscam de melhorias dentro do próprio Grupo. Temos programas específicos, e são muitos. Quero pegar um, como referência, aqui, que é o programa de medicina do sono, embora ele já tenha sido veiculado várias vezes pela mídia nacional, eu fico impressionado como há um desconhecimento tão grande desse programa. Teve um bloco de 9 minutos no Globo Repórter, já foi matéria do Fantástico, Jô Soares, da revista Quatro Rodas, e ainda é um programa desconhecido no Brasil. Já foi premiado até na Suécia, um país que teve, no ano de 2007, se eu não me engano, 478 mortes por acidente de trânsito e se preocupou em conhecer esse nosso programa. (N.E.: conheça melhor o programa em http://www.aguiabranca.com.br/portalvab/faces/principal/medicinaSono.jsp)

Fala-se hoje no risco de o Brasil passar por um "apagão" de engenheiros, porque forma apenas 20 mil profissionais por ano, enquanto a China forma 400 mil, a Índia, 250 mil, e a Coréia do Sul, 80 mil. Como o senhor vê essa situação?

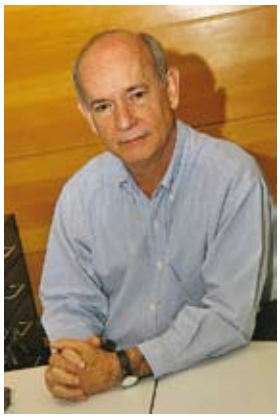
A Coréia, há poucas décadas, era um país quase tribal, e a partir do investimento em educação se tornou o que é hoje, um país importante dentro do cenário econômico internacional. Basicamente se deve isso ao planejamento e especificamente a um investimento feito na área de educação. Nosso Estado forma cerca de 700 engenheiros por ano, muito pouco principalmente com o advento da indústria de petróleo e do gás, que alavanca setores de importância, como logística, construção civil e metalmecânico, especialmente. As instituições de ensino têm muito a aprender com as empresas de sucesso da iniciativa privada, formando mão de obra especializada para ofertar em um mercado de trabalho exigente. A universidade tem um papel muito importante, tanto na iniciativa privada quanto na rede pública. Não é em toda universidade que a gente percebe essa preocupação, muitas vezes estão dissociadas da realidade do mercado de trabalho. Não estou criticando nenhuma instituição, especificadamente, mas é preciso que as universidades estejam sintonizadas como um todo. ▲

Bandeira **solta**

O Governo federal anuncia a intenção de divulgar um pacote de subsídios para a habitação popular, algo capaz de incentivar a produção de um milhão de moradias até o ano que vem. Tomara que essa intenção se transforme em uma ação concreta, pois, há muito, a população de baixa renda brasileira não tem alternativas de obter financiamento que torne possível transformar em realidade o sonho da casa própria.

Mais do que um pacote anti-crise, entretanto, o país mereceria ter uma política habitacional consistente que contemplasse com prioridade as camadas mais carentes da população. A rigor, o sonho da casa própria do brasileiro acabou com o fim do BNH, o Banco Nacional da Habitação sepultado durante o Governo Sarney. Na época, esperava-se que o BNH, tão criticado, fosse substituído, se não por outra instituição, pelo menos por uma política habitacional que contribuísse para a redução do déficit de moradias.

O que se viu, entretanto, através dos governos que se sucederam, foi uma política errática e descontínua, que definhou os recursos disponíveis, do FGTS e das cadernetas de poupança, e atrofiou as Cohabs e as cooperativas habitacionais. Até hoje as contas do FGTS buscam cobrir os "esqueletos", como são chamados os déficits oriundos do Fundo de Compensação das Variações Salariais, aquele que pagava a diferença entre o reajuste do saldo devedor e o reajuste das prestações, e os decorrentes das decisões da Justiça sobre os famigerados expurgos dos planos econômicos da época pré-Real.



Esse quadro afastou a população de baixa renda da casa própria. As Cohabs têm uma produção ridícula em relação aos números exibidos na era BNH e as cooperativas buscaram no auto-financiamento, sem recursos do Sistema Financeiro da Habitação, uma alternativa para não acabarem de vez.

Por isso, o pacote, que está em fase de gestação, pode servir, pelo menos, como um alívio momentâneo, pois, quando não se tem nada, qualquer coisa é bem-vinda. Mas bem que o pacote poderia ser a primeira de uma série de ações que levasse o país a voltar a ter uma política habitacional eficaz. Afinal, a conquista da casa própria representa ascensão social para qualquer família, por elevar a auto-estima pela obtenção de um endereço e ter reflexos diretos na saúde pelo acesso à infra-estrutura de saneamento.

Há que se considerar, ainda, o enorme impacto que a implementação de um plano habitacional consistente tem sobre inúmeros outros segmentos econômicos geradores de trabalho e renda. Além da indústria da construção civil que é diretamente envolvida nas obras, a implantação de bairros residenciais implica em aquisições de materiais de construção, móveis, artigos de decoração e eletrodomésticos, sem falar do fomento a novas linhas de transporte coletivo, ampliação das redes de telecomunicações, e oportunidade de abertura de inúmeros negócios de venda de bens e de serviços. Os autores costumam citar pesquisas que indicam que cada R$ 1 investido em construção civil representa investimentos de R$ 5 em outros segmentos que gravitam em seu entorno.

Colocar a meta de dar ao Brasil uma nova política habitacional deveria ser uma bandeira a ser desfraldada por todos que se interessam pelo desenvolvimento do país e acreditam que esse desenvolvimento só será completo se tiver sintonizado com a melhoria da qualidade de vida da nossa população.

E esta bandeira, tão legítima quanto necessária, ainda permanece solta, à espera de alguém que a segure com firmeza e determinação.

José Carlos Corrêa é engenheiro civil, CREA 511-D,
e ex-diretor do Inocoop-ES
jccorrea@redegazeta.com.br

Profissional, envie seu artigo para publicação na Revista Tópicos. O conteúdo será avaliado pelo Conselho Editorial. Os textos podem ser encaminhados para alcione@creaes.org.br

Precisamos fortalecer ainda mais o nosso projeto coletivo. Faça sua parte.

Profissional do Crea-ES:

Em 2009, estaremos interagindo mais, fortalecendo a fiscalização do exercício da profissão e intensificando as articulações pelo cumprimento da Lei do SMP e de outras questões ligadas à nossa valorização profissional. Estaremos também mais inseridos no pensamento da vida capixaba, por intermédio das interfaces já estabelecidas com os principais fóruns de decisão e de escolhas de bons caminhos para a solução de nossos principais desafios. Seguiremos disponibilizando nosso conhecimento e nosso espírito científico na busca de soluções para a recuperação do planeta e do crescimento sustentável, conforme é responsabilidade social de uma instituição cidadã como o Crea-ES. Para isso, precisamos unir forças.

Pague sua anuidade e fortaleça o seu Conselho.

Saiba mais sobre o seu Conselho em www.creaes.org.br e na Revista Tópicos.

CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo

Profissional, pague a sua anuidade sem multa e juros até 31 de março.
Se perder esse prazo, entre em contato com o Crea-ES para acertar sua situação e exercer sua profissão de forma regular.

Fornecedor Qualificado
PRODFOR
Programa Integrado de Desenvolvimento e Qualificação de Fornecedores

PÓS-GRADUAÇÃO
UCL
2009
www.ucl.br

A maior instituição privada de ensino e pesquisa em engenharia e tecnologia do ES

MBA

- MBA - Gestão do Design (NOVO)
- MBA - Gerenciamento de Projetos (NOVO)
- MBA - Gestão de Projetos de Software (NOVO)
- MBA - Gestão em Operações Logísticas (NOVO)
- MBA - Responsabilidade Social Empresarial (NOVO)
- MBA - Gestão em Governança de TI (Turma 2)
- MBA - Gestão da Produção e Manutenção (Turma 7)
- MBA - Gestão da Segurança da Informação (Turma 3)
- MBA - Gestão de Negócios da Construção Civil (Turma 2)
- MBA - Gestão Integrada em Qualidade e Certificações (Turma 5)

ESPECIALIZAÇÃO

- Metrologia e Qualidade (NOVO)

ESPECIALIZAÇÃO ENGENHARIA

- Engenharia Biomédica (NOVO)
- Engenharia de Gás Natural (NOVO)
- Engenharia de Instrumentação Industrial (NOVO)
- Engenharia de Segurança do Trabalho (Turma 6)
- Engenharia Mecatrônica (Turma 5)
- Engenharia de Petróleo (Turma 6)

Central de Atendimento
27-3434.0100
pos@ucl.br

CAMPUS UCL Manguinhos

UCL
ENSINO SUPERIOR